

A proposta da criação de um partido nazista no Brasil em videocast: uma análise dialógica da situação argumentativa

The proposal to create a nazi party in Brazil in a videocast: a dialogical analysis of the argumentative situation

Paulo Everton Fernandes da Silva¹
José Anchieta de Oliveira Bentes²

Resumo: Este artigo propõe uma Análise Dialógica do Discurso (ADD) de um episódio do Flow Podcast, transmitido em fevereiro de 2022, no qual o apresentador Monark sugere a criação de um partido nazista no Brasil, gerando forte reação da deputada Tábata Amaral. O problema de pesquisa consiste em compreender como se constroem os argumentos de ambos os participantes, considerando a relação dialógica entre locutor, interlocutor e público. O objetivo geral é investigar os efeitos discursivos dessa construção argumentativa no interior do debate polêmico, evidenciando como a relação eu-outro orienta e dá forma às enunciações. A metodologia adotada seguiu três etapas: 1) seleção de um recorte de três minutos da interação; 2) transcrição simples do trecho, sem convenções específicas, preservando o foco discursivo e ideológico; e 3) aplicação da ADD com base nos conceitos de dialogismo, polifonia, heteroglossia e ato ético, conforme os postulados de Bakhtin (2002; 2015; 2017a; 2017b; 2020; 2022). Os resultados revelam que Monark representa vozes autoritárias e preconceituosas, enquanto Tábata reinscreve a alteridade como valor ético-discursivo. A análise evidencia estratégias de coisificação, negação, extremização e disputa por adesão do público, configurando o videocast como arena dialógica de circulação de discursos de ódio e resistência.

Palavras-chave: Dialogismo. Argumentação. Comunidade Judaica. Partido Nazista.

Abstract: This article proposes a Dialogical Discourse Analysis (DDA) of an episode of the Flow Podcast, aired in February 2022, in which host Monark suggests the creation of a Nazi party in Brazil, prompting a strong reaction from congresswoman Tábata Amaral. The research problem lies in understanding how both participants construct their arguments, considering the dialogical relationship between speaker, interlocutor, and audience. The general objective is to investigate the discursive effects of this argumentative construction within the framework of a polemical debate, highlighting how the I-other relation guides and shapes the enunciations. The methodology followed three steps: 1) selection of a three-minute excerpt from the interaction; 2) simple transcription of the segment, without specific conventions, preserving the discursive and ideological focus; and 3) application of DDA based on the concepts of dialogism, polyphony, heteroglossia, and ethical act, according to the postulates of Bakhtin (2002; 2015; 2017a; 2017b; 2020; 2022). The results reveal that Monark represents authoritarian and prejudiced voices, while Tábata reinscribes alterity as an ethical-discursive value. The analysis highlights strategies of objectification, denial, extremization, and dispute for audience adherence, framing the videocast as a dialogical arena for the circulation of hate speech and resistance.

Keywords: Dialogism. Argumentation. Jewish Community. Nazi Party.

¹ Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UEPA), Belém, PA, Brasil. Endereço eletrônico: pauloeveronf.d.s@gmail.com

² Universidade do Estado do Pará; Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UEPA), Belém, PA, Brasil. Endereço eletrônico: anchieta2005@yahoo.com.br

Palavras iniciais

No dia 07 de fevereiro de 2022, um episódio de videocast transmitido no YouTube gerou grande repercussão nacional e internacional. O episódio contou com a participação de duas personalidades políticas brasileiras, uma delas foi Tábata Amaral, então deputada federal. O episódio abordou a discussão sobre Estados que adotam regimes totalitários como política de governo. Durante o episódio, o apresentador Bruno Aiub, o Monark, sugeriu a criação de um partido nazista no Brasil, o que gerou uma forte reação em Tábata, resultando em um confronto argumentativo.

Os videocasts são arquivos de mídia audiovisual postados regularmente na internet (Araújo; Errobidart; Jardim, 2018). Eles também se constituem enquanto gênero discursivo digital que combina elementos do podcast com vídeos, proporcionando para os assinantes uma experiência de maior proximidade do que nos podcasts, gênero discursivo que se utiliza apenas de arquivos em áudio. O formato videocast tem se popularizado nas plataformas de compartilhamento de vídeo, como o YouTube, oferecendo aos espectadores a possibilidade de assistir e ouvir debates, entrevistas e programas ao vivo ou gravados. Os videocasts permitem ainda uma interação mais dinâmica e visual, enriquecendo o discurso através de expressões faciais, gestos e recursos multimídia.

Este trabalho propõe uma Análise Dialógica do Discurso (ADD) dos enunciados (re)produzidos por Monark e Tábata em um videocast transmitido via YouTube no dia 07 de fevereiro de 2022, no episódio 545³. A análise será focada principalmente no conceito bakhtiniano de dialogismo e em outros conceitos que estão imbricados na proposta teórica de Bakhtin (2002; 2017a; 2017b; 2020), relacionando-os com a situação argumentativa do debate polêmico. Em outras palavras, nosso campo de estudo e reflexão compreende uma proposta de ADD da situação argumentativa em videocast.

Quanto ao problema de pesquisa, é voltado em como são construídos os argumentos de Monark e Tábata no videocast, levando em consideração a relação dialógica locutor-interlocutor-público. No que diz respeito ao objetivo geral, busca-se compreender os efeitos dessa construção discursiva no interior do debate polêmico, evidenciando de que modo a relação locutor-interlocutor-público orienta e dá forma às enunciações.

Quanto à relevância político-linguística da pesquisa, afirmamos que contribui para reflexões educativas, teóricas e sociais sobre a validação dos discursos e argumentações que postulam o antisemitismo, a estereotipação e a segregação da comunidade judaica. Esperamos contribuir com os espaços acadêmicos nas reflexões analíticas baseadas nos

³ O episódio ganhou repercussão nacional e internacional, acarretando prejuízos e perdas de patrocínio para a empresa Flow Podcast. Diante disso, a empresa se posicionou emitindo uma nota de esclarecimento. Além disso, excluíram o vídeo das plataformas. Conseguimos acesso ao referido episódio por meio do canal Memesado (2022), um canal alternativo que republicou o episódio.

pressupostos bakhtinianos e com a sociedade quanto ao repúdio aos discursos, argumentos e atos preconceituosos atravessados por ideologias segregadoras.

Nossos passos metodológicos envolveram as seguintes etapas: 1) selecionamos um recorte específico de três minutos (de 04h09'53" a 04h11'30") da interação no videocast; 2) procedemos à transcrição simples desse recorte, isto é, não utilizamos nenhuma convenção de transcrição, pois nossos objetivos não envolvem análises mais voltadas para os alongamentos e ênfases que são dadas à conversação, queremos olhar mais para o plano discursivo e ideológico. Este processo nos permitiu identificar as nuances da interação discursiva; e 3) submetemos à ADD, utilizando os conceitos de dialogismo para examinar a dinâmica da interação no videocast, considerando as vozes, os enunciados e os contextos comunicativos envolvidos.

O presente artigo está organizado da seguinte forma: Palavras iniciais, onde contextualizamos a problemática dessa pesquisa, bem como a apresentação da nossa justificativa e os objetivos; 1) O dialogismo bakhtiniano, onde discutimos a importância do conceito de dialogismo para a análise das interações discursivas, tais quais a situação argumentativa; 2) Argumentação em perspectivas, que apresenta alguns conceitos de argumentação e suas implicações para o entendimento dos nossos dados; 3) Análise dialógica do videocast, onde propomos uma análise dialógica da interação na situação argumentativa; e nossas Considerações finais, onde apresentamos os resultados e proposições para estudos futuros.

O dialogismo bakhtiniano

No estudo da linguagem em seu uso concreto, as proposições teóricas de Bakhtin e do Círculo oferecem uma base sólida para a compreensão das interações discursivas. O dialogismo, conforme definido por Bakhtin e seus colaboradores, ultrapassa as fronteiras do linguístico, incorporando o contexto e a realidade concreta em que a língua é mobilizada. Trata-se de uma concepção de linguagem que não se limita à estrutura formal, mas que considera os sujeitos, os valores, as ideologias e os efeitos éticos que se instauram na enunciação.

Segundo José Luiz Fiorin (2020, p. 27), “o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado”. Isso significa que toda situação de fala e uso da língua contempla o dialogismo, tornando os sujeitos dessa interação essencialmente dialógicos. Bakhtin (2002), em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, afirma que “as relações dialógicas são extralingüísticas. Ao mesmo tempo, porém, não podem ser separadas do campo do discurso, ou seja, da língua enquanto fenômeno integral concreto. A linguagem só vive na comunicação dialógica

daqueles que a usam" (Bakhtin, 2002, p. 183). Assim, a reflexão de Bakhtin abrange a língua em uso concreto e o sujeito investido de dialogicidade.

A partir dos conceitos desenvolvidos pelo chamado Círculo de Bakhtin, a professora Beth Brait (2008) propõe uma análise e/ou teoria dialógica do discurso. Ela argumenta que, embora Bakhtin e o Círculo não tenham sistematizado um conceito fechado de dialogismo, suas obras motivaram o nascimento de uma abordagem teórico-epistêmica voltada para a dialogicidade. Brait (2008, p. 9-10) afirma: "esse ensaio arrisca-se a sustentar que o conjunto das obras do Círculo motivou o nascimento de uma análise/teoria dialógica do discurso [...]" . Em outras palavras, o dialogismo não se encontra em apenas uma obra, mas em um conjunto de análises propostas pelo Círculo, permitindo que pesquisadores como Brait avancem nesse percurso teórico.

Além disso, é importante destacar que o dialogismo não se limita à troca de palavras entre interlocutores, mas envolve uma rede complexa de vozes, perspectivas e ideologias que se entrelaçam na constituição dos sentidos. A linguagem, nesse modelo teórico, é sempre atravessada por outras vozes (sociais, históricas, culturais) que se manifestam na forma de polifonia. A polifonia, nesse contexto, não é apenas a coexistência de múltiplas vozes, mas a condição mesma da compreensão humana, pois todo enunciado carrega em si a memória de outros enunciados, anteriores ou simultâneos, que o atravessam e o tensionam (Bakhtin, 2022).

A heteroglossia, por sua vez, revela a diversidade interna da linguagem, marcada por diferentes registros, estilos, posições ideológicas e formas de dizer (Bakhtin, 2015). Essa multiplicidade não é um obstáculo à comunicação, mas sua própria riqueza, pois permite que os sentidos sejam disputados, negociados e ressignificados. O dialogismo, portanto, não é apenas uma categoria linguística, mas uma ética da linguagem, uma forma de reconhecer o outro como legítimo interlocutor, cuja voz precisa ser considerada na constituição dos sentidos.

É justamente nesse sentido que a Análise Dialógica do Discurso (ADD) objetiva trabalhar a linguagem em seu uso concreto, conceituando o sujeito como ser dialógico e levando em consideração os conceitos e postulados de Bakhtin e do Círculo. O dialogismo bakhtiniano, portanto, será o fio condutor que nos auxiliará na análise dos dados, visto que se trata de uma materialidade essencialmente dialógica.

Argumentação em perspectivas

Seguindo os princípios teórico-metodológicos bakhtinianos discutidos na seção anterior, avançamos agora para a compreensão da argumentação dentro dessa perspectiva dialógica. A argumentação é uma prática discursiva essencial para a análise da interação

entre locutor, interlocutor e público, especialmente em contextos de debates polêmicos, como exemplificado no videocast que analisamos.

Chaïm Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) definem a argumentação como “o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 4). Nessa definição, a argumentação é vista como uma ciência que envolve técnicas e recursos discursivo-argumentativos utilizados em interações, enfocando mais nos acordos que se estabelecem na relação entre locutor e interlocutor.

Olivier Reboul (2004) complementa essa visão ao distinguir a argumentação da demonstração por cinco características essenciais: a) dirige-se a um auditório; b) expressasse em língua natural; c) suas premissas são verossímeis; d) sua progressão depende do orador; e e) suas conclusões são sempre contestáveis (Reboul, 2004). Reboul destaca a importância do auditório como um terceiro elemento na interação argumentativa, ampliando nossa análise para incluir a relação dialógica com o público. Essa perspectiva é fundamental para entender como os argumentos não apenas buscam persuadir o interlocutor, mas também obter a adesão de um público mais amplo.

Christian Plantin (2010) oferece uma visão adicional sobre a dinâmica das tensões argumentativas, enfatizando que “tudo o que é feito através das palavras pode ser desfeito pelas palavras” (Plantin, 2010, p. 6). Ele explora a inversão de discursos, onde o locutor utiliza o discurso do interlocutor para criar um novo sentido, reconhecendo que os argumentadores frequentemente se valem do plausível para garantir a adesão do público.

Na situação concreta de argumentação, alguns papéis são imprescindíveis: locutor, interlocutor e público. Plantin (2010) define esses papéis da seguinte forma: a) Locutor: o argumentador que produz argumentos numa interação argumentativa; b) Interlocutor: aquele a quem o Locutor se dirige; e c) Público: o terceiro interessado na troca argumentativa.

Esses papéis não são fixos e podem flutuar durante a interação. Um Locutor (eu-proponente) pode, em uma mesma situação, ocupar o papel de Interlocutor (outro-oponente). O Público, ou Terceiro, é entendido como os membros interessados na troca argumentativa, a quem Locutor e Interlocutor também se dirigem na disputa por adesão.

Análise dialógica do videocast

Nesta seção seguiremos com a nossa proposta de análise. Para tanto, elegemos um recorte de três minutos do episódio 545 do Flow Podcast e, com o objetivo de converter em materialidade de análise, o texto foi transcrito de forma simples, ou seja, não utilizamos nenhuma convenção de transcrição, pois não é nosso objetivo analisar outros campos além do dialógico-discursivo e ideológico.

O videocast em questão é o Flow Podcast, apresentado por Bruno Aiub (Monark) e Igor Coelho, que, à época, figurava entre os programas mais populares do Brasil nesse formato. Os convidados desse episódio específico do Flow Podcast eram a deputada Tábata Amaral e o deputado Kim Kataguiri. Com a proposta de conversas longas e aparentemente descontraídas, o programa alcançava uma audiência massiva, especialmente entre jovens, consolidando-se como um espaço privilegiado de circulação de discursos. A relevância de situar o Flow reside justamente no fato de que sua visibilidade ampliava o alcance das falas enunciadas em seu interior, transformando-as em enunciados concretos capazes de reverberar em múltiplos contextos.

Esse videocast deve ser compreendido dentro de um contexto sócio-histórico marcado pelo período pós-Covid-19 e pelo governo de Jair Bolsonaro, em que as redes digitais se tornaram arenas centrais de disputa discursiva. A popularidade do Flow nesse momento não era apenas um dado de audiência, mas um fenômeno cultural que legitimava modos de dizer, reforçando pautas polêmicas e favorecendo a circulação de discursos que encontravam eco em parte significativa da população. Assim, as interações no programa não se limitavam ao espaço da entrevista, mas se projetavam em uma esfera pública mais ampla, interpelando sujeitos e consolidando sentidos.

O episódio analisado, embora excluído do canal oficial, permanece disponível em versões alternativas, como a repostagem em um canal denominado “Memesado”, que, atualmente, conta com cerca de 25 mil visualizações. Esse dado é significativo porque evidencia que, mesmo diante de tentativas de apagamento, o discurso mantém sua circulação, alcança novos públicos e continua a produzir efeitos. Do ponto de vista do dialogismo, esse movimento de exclusão e reaparição reforça o papel do público/terceiro, que não apenas assiste, mas reinscreve o enunciado em outras esferas, multiplicando as condições de interpretação e sentido.

Uma cena que captura a interação no videocast do canal “Memesado” (Memesado, 2022), acessado via YouTube em 14 de março de 2022, mostra quatro pessoas dispostas ao redor de uma mesa de madeira retangular. O ambiente é controlado, com iluminação ajustada e um fundo azul-escuro que compõe a estética do estúdio. No canto superior esquerdo da imagem, um QR Code aparece sobreposto à cena. Entre os participantes, três são homens e uma é mulher. Ao centro da mesa, distribuem-se diferentes objetos: garrafas de água, caixas de papelão e outros itens. O grupo está envolvido em distintas ações.

À esquerda, um homem de barba, vestindo uma camiseta esportiva preta com listras laranja no ombro, lê um livro de capa amarela aberta sobre a mesa. No lado oposto, mais à direita, uma mulher de cabelos escuros, trajando um blazer escuro, inclina levemente a cabeça enquanto direciona seu olhar para alguém à sua frente. Ao fundo, à esquerda, outro homem de barba está igualmente imerso na leitura, e à direita do fundo, um quarto participante

compartilha da mesma postura concentrada. O cenário, marcado pela organização espacial e pela postura dos envolvidos, remete a uma mesa-redonda voltada para discussões, onde cada sujeito parece absorto no conteúdo à sua frente, compondo um quadro de interação verbal.

A análise do videocast, portanto, não deve se limitar à avaliação dos argumentos proferidos, mas considerar a complexa rede de responsabilidades éticas que se instauram na interação. Pois entende-se que cada fala é um ato único, irrepetível e ético (Bakhtin, 2017b). O anfitrião, ao construir o evento, posiciona o convidado como o “outro”, e este, por sua vez, tenta ocupar esse espaço na defesa do “eu”. A ADD, nesse contexto, comprehende que o simples “participar” do videocast já é um gesto carregado de sentido, pois inscreve o sujeito em uma cadeia de ações discursivas que ultrapassam o momento da enunciação. Cabe aqui uma ressalva metodológica: o recorte de três minutos, embora significativo, não dá conta da totalidade dos sentidos mobilizados ao longo do episódio. A escolha se justifica pela densidade argumentativa e pela emergência de discursos que exemplificam a relação eu-outro em sua forma mais tensionada

Segue abaixo a transcrição da interação no videocast. Recortamos o momento de 04h09'53" a 04h10'41" para nossa análise:

Monark: Esse é o meu louco, eu sou mais louco que todos vocês. Eu acho que o nazista tinha que ter o partido nazista reconhecido pela lei.

Tábata: Eu acho que não, lembra? Liberdade de expressão termina onde a sua expressão coloca a vida do outro em risco.

Monark: Mas se expressar? As pessoas não têm o direito de ser idiotas?

Tábata: O nazismo é contra a população judaica, isso coloca uma população inteira em risco.

Monark: De que forma? Quando é uma minoria, não põe.

Tábata: Vamos falar de Holocausto? De que forma?

Monark: Mas era quando era uma maioria. Quando a maioria é...

Tábata: Gente, vamos falar de atentados?

Monark: Não.

Tábata: A comunidade judaica até hoje, no Brasil, tem que se preocupar com sua segurança, porque recebe ameaça, porque recebe produtos, porque recebe coisas. O antisemitismo é um (incompreensível), mas tem que ser combatido todos os dias.

Monark: Você não vai calar os preconceituosos. Se você banir eles de estarem no público, eles vão pro subsolo e lá eles vão proliferar de um jeito muito mais eficiente.

Tábata: Na verdade, não. Quando as pessoas... quando as pessoas são punidas de fazer algo, por que a gente criminaliza o racismo? Porque a pessoa vai pensar duas vezes antes de falar uma merda. Por que tem crime, então? Seu argumento não serve, se for isso. Elas vão pensar duas vezes antes de fazer uma merda. O que é crime deve ser criminalizado.

Monark: Elas não vão falar em público. Meu argumento é que elas não vão falar em público. Elas vão falar no subterrâneo, e esse subterrâneo tem força.

Tábata: Então, você acha que a gente é anarquia, né? Não tem que ter lei? Não tem que ter...

Monark: Eu acho que dentro da expressão, a gente tem que liberar tudo.

Tábata: Eu acho que não. Termina onde fere a liberdade do outro, a existência do outro.

Monark: O que é liberdade do outro? Você... injúria é liberdade do outro?

Tábata: Não, a gente já concordou que isso não. Eu tô falando de existência. A existência de um partido nazista fere a existência da comunidade judaica, por exemplo.

Monark: Mas é uma injúria. A injúria racial... a questão é: se o cara quiser ser um... um antijudeu, eu acho que ele tinha o direito de ser.

Tábata: Eu acho que não.

Monark: Como não? Você vai matar quem é antijudeu?

Tábata: Antivida de outra pessoa, não.

Monark propõe a criação de um partido nazista, o que implica necessariamente na autorização e no reconhecimento legal dos pressupostos e ideologias de correntes nazistas no cenário nacional. Isso fica claro quando ele diz: “Eu acho que o nazista tinha que ter o partido nazista reconhecido pela lei”. Assim sendo, o fato de Monark requerer direitos aos nazistas indica que esse enunciado foi produzido a partir da indiferença somada à coisificação do seu outro dialógico, ou seja, passou de uma relação personalista para uma relação despersonalificada, como afirma Bakhtin (2017a) em Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas,

Três tipos de relações:

1) Relações entre os objetos: entre coisas, entre fenômenos físicos, fenômenos químicos; relações causais, relações matemáticas, lógicas, relações linguísticas, etc.;

2) Relações entre o sujeito e o objeto;

3) Relações entre sujeitos – as relações pessoais, as relações personalistas: relações dialógicas entre enunciados, relações éticas, e etc. Aí se situam quaisquer vínculos semânticos personificados. As relações entre consciência, verdades, influências mútuas, a aprendizagem, o amor, o ódio, a mentira, a amizade, o respeito, a reverência, a confiança, a desconfiança, etc.

Mas, se as relações são despersonalificadas (entre enunciados e estilos no enfoque linguístico, etc.), passam para o primeiro tipo. Por outro lado, é possível a personificação de muitas relações objetificadas e a sua passagem para o terceiro tipo. Coisificação e personificação. (Bakhtin, 2017a, p. 30-31).

Aqui, o autor apresenta três tipos possíveis de relações, mas chama atenção para o fato de que podem ocorrer algumas mudanças, como, por exemplo, uma relação entre sujeitos passar para o tipo relação entre objetos e/ou relação sujeito e objeto. A indiferença com que Monark trata a comunidade judaica a partir do enunciado (re)produzido pode ser entendida à luz da perspectiva bakhtiniana, pois instaura uma mudança na relação, de personalista para despersonalificação.

Monark despersonalifica a comunidade judaica quando (re)produz um discurso sobre ela que ofende o seu existir. Aqui, está posta a objetificação, a coisificação do outro, a relação é eu-para-mim e não eu-para-o-outro. Assim, fica claro que a proposição de requerimento de direitos aos nazistas colide frontalmente com os direitos à vida que foram vedados para milhões de pessoas: judeus, negros, pessoas com deficiência, cristãos, homossexuais, por conta desse regime totalitário.

Tábata demonstra repulsa com relação a essas posições: “O nazismo é contra a população judaica, isso coloca uma população inteira em risco”. Essa intervenção sugere não só o reconhecimento dos eventos históricos provenientes dos regimes nazistas, como também o outro tomado como objeto dessas ações. Frente a isso, Monark indaga: “De que forma?”, é como se Monark dissesse: como o nazismo se estabelece contra a existência de uma população inteira?

Nesse enunciado, percebe-se o afastamento do outro, o não reconhecimento de suas diferenças, de suas dores, de suas vozes, dos seus corpos e das suas identidades. Com isso, a pergunta de Monark cristaliza seu afastamento desse outro oprimido, segregado e mortificado, em favor de uma aproximação dos valores e ideais nazistas. Assim, entendemos que a criação de um partido nazista reconhecido por qualquer legislação não só atentaria frontalmente contra a existência de outros grupos, como também criaria rupturas na própria concepção de democracia e de liberdade.

Tábata também aponta para algumas problemáticas decorrentes das valorações e ideologias próprias de regimes autoritários: “A comunidade judaica até hoje no Brasil tem que se preocupar com sua segurança, porque recebe ameaça, porque recebe produtos, porque recebe coisas, o antisemitismo é um (incompreensível), mas tem que ser combatido todos os dias”. A partir disso, a proposta de reconhecimento dos direitos reivindicados para um partido nazista se constitui como ameaça, ofensa e injúria à comunidade judaica. Tal proposição pode ser entendida enquanto palavra-violência.

Corroborando com isso, Bakhtin (2020), em *O homem ao espelho: apontamentos dos anos 1940*, diz que “a palavra violência pressupõe um objeto ausente e mudo, que não escuta e não responde, não se dirige a ele, nem exige o seu consenso, é uma palavra em ausência” (Bakhtin, 2020, p. 43). A partir das palavras de Bakhtin, entende-se que o enunciado carrega em si as potencialidades que se transpõem para a violência física, isto é, já é a própria violência. As proposições de Monark ganham destaque por estarem imbuídas de determinadas relações de sentido próprias de um enunciado concreto. Assim, a asserção de Monark pode ser equiparada à coisificação e indiferença na relação eu-outro.

“Você não vai calar os preconceituosos”, diz Monark. Aqui, o que é dito contempla aspectos do autoritarismo, ou seja, Monark passa a representar vozes autoritárias, segregadoras e preconceituosas, especialmente as vozes de extrema-direita brasileira, marcadamente em ascensão nesse contexto, que não reconhecem as diferenças e que se estabelecem como força opressora em plena atividade no cenário sócio-político-ideológico brasileiro. Nesses termos, o enunciado de Monark não apenas revela uma postura autoritária, mas também tensiona a polifonia constitutiva do discurso. A polifonia, segundo Bakhtin (2022), pressupõe que a experiência e a compreensão humanas são sempre mediadas por outras vozes e pontos de vista, e que a verdade nunca é singular ou monológica, uma vez que implica

“a multiplicidade de vozes e consciências autônomas e imiscíveis” (Bakhtin, 2022, p. 56). Ao tentar silenciar ou desqualificar o discurso do outro, Monark rompe com essa multiplicidade, instaurando um acabamento monológico que busca eliminar a diferença. A cadeia dialógica que se estabelece após o debate mostra que o enunciado não se encerra no momento da fala, mas continua a produzir sentidos, afetar sujeitos e mobilizar posicionamentos.

Além disso, o uso do advérbio de negação “não” impõe certo tom de autoritarismo sobre o outro que, nesse caso, é seu interlocutor, isto é, a partícula negativa atua de tal modo a limitar as ações contrárias a uma postura hegemônica que se caracteriza por ser excludente. Monark se utiliza do enunciado para tentar neutralizar Tábata. Ele continua: “Se você banir eles de estarem no público eles vão pro subsolo e lá eles vão proliferar de um jeito muito mais eficiente”. Tanto o autoritarismo quanto a não-eficiência de possíveis ações contrárias estão estabelecidas através das relações de sentido. Assim, percebe-se uma posição hierárquica que foiposta.

Nesse viés, Bakhtin escreve o seguinte: “quem fala e a quem se fala. Tudo isso determina o gênero, o tom e o estilo do enunciado: a palavra do líder, a palavra do juiz, a palavra do mestre, a palavra do pai, etc. É isso que determina a forma da autoria” (2017a, p. 53). Em outras palavras, Monark se posiciona hierarquicamente acima de Tábata a ponto de condicioná-la ao acabamento monológico⁴.

Em função disso, Tábata diz: “na verdade não”. O ato de negar, em si mesmo, pressupõe particularidades discursivo-enunciativas. Bakhtin, por exemplo, diz que:

Em vez de descobrir a veracidade (positiva) relativa (parcial) das suas teses e do seu ponto de vista, os indivíduos procuram – e com isso perdem todas as suas forças – refutar e destruir inteiramente o seu adversário, tendem para a destruição total do ponto de vista do outro (Bakhtin, 2017a, p. 27).

O autor chama atenção para as disputas discursivas constitutivas da relação entre dois discursos discrepantes, o discurso de um eu contra o discurso de um outro. Assim, o autor faz questão de mencionar a distinção entre duas opiniões divergentes como necessidade para a existência de uma negativa, isto é, uma questão polêmica. Esse movimento é perceptível em Tábata quando ela se contrapõe a Monark, primeiro negando e, posteriormente, afirmindo: “a pessoa vai pensar duas vezes antes de falar uma merda. Porque que tem crime então? Seu argumento não serve se for isso. Elas vão pensar duas vezes antes de fazer uma merda. O que é crime deve ser criminalizado”.

⁴ Estamos usando a terminologia “monológico” dentro da base teórica bakhtiniana não para designar um ato puramente individual, mas que concebe o expresso (interior) e a expressão (exterior), nesse sentido, uma expressão nunca é puramente individualizada, mas se constitui por esse aspecto bilateral que, impõem a necessidade de um eu que se dirige a um outro (Volóchinov, 2018). Assim, o monólogo a que nos referimos diz respeito a um movimento de subalternização e inferiorização de um eu em relação a um outro.

Percebe-se que Tábata entende que alguns discursos se constituem por seu caráter de manifestação concreta na realidade, ou seja, demandam efeitos concretos a partir do que é dito. Levando em consideração a interação argumentativa entre Monark e Tábata, percebemos que está posta uma estase (Morais, 2020), isto é, uma situação de conflito, uma tensão estabelecida entre os interlocutores que impõe os (des)acordos no jogo da argumentação.

Monark demonstra apoio às falas racistas não apenas em espaços “subterrâneos”, mas sobretudo em sua legitimação pública: “Meu argumento é que elas não vão falar em público. Elas vão falar no subterrâneo e esse subterrâneo tem força”. Nesse sentido, a defesa de Monark não está em restringir tais falas ao “subterrâneo”, mas em normalizá-las no espaço público, deslocando a centralidade do problema. Assim, não se trata de autorizar discursos de ódio com base na existência de lugares apropriados, mas de um argumento que procura dar legitimidade às enunciações racistas em sua própria publicidade.

Nesse contexto é válido ressaltar que o uso do pronome pessoal “elas” faz referência às “pessoas preconceituosas”, mencionadas anteriormente. Com isso, Monark assegura que tais pessoas irão falar no “subterrâneo”, ou seja, se não forem autorizadas a serem preconceituosas publicamente, serão às escondidas. Esse “subterrâneo” talvez sugira um tipo de anonimato ou uma espécie de não-reconhecimento do enunciador, e talvez seja justamente essa circunstância que concede autorização ao discurso injurioso. Entendemos que enunciados como esses cumprem um papel discursivo duplo: intimidar e impor um autoritarismo.

Nessa linha de pensamento, o uso da conjunção coordenativa “então” em “Então, você acha que a gente é anarquia né? Não tem que ter lei?” demonstra um dos caminhos estratégicos de Tábata nessa estase argumentativa, pois estabelece relações de sentido de conclusão que, neste caso, trata-se do fim lógico do argumento apresentado por seu interlocutor. Essa tentativa de calar o discurso do outro reverbera o próprio acabamento monológico-enunciativo desse outro, além de constituir um ato de usurpação, ou seja, busca-se ocupar o lugar discursivo-enunciativo do outro trazendo sobre o argumento alheio um acabamento lógico e estratégico.

Do ponto de vista da interação argumentativa, percebemos os estratagemas na seleção, triagem e escolhas de enunciados e termos para uma determinada construção argumentativa. Nesse sentido, a argumentação “[...] é o processo de atenção através do qual, numa interação, os participantes vigiam e criam aquilo que deixam funcionar a valer, ou não, como argumentos” (Morais, 2020, p. 153).

Monark não reconhece as palavras enquanto enunciados concretos, pois não as categoriza como tendo qualquer equivalência com o real. Isso fica claro em “Eu acho que dentro da expressão, eu acho que a gente tem que liberar tudo”. Há, aqui, uma dissociação

entre “expressão” e “ação”. Ligeiramente oposto a isso é entender que “a palavra quer exercer influência de fora e determinar de fora. Nessa convicção há um elemento de pressão externa” (Bakhtin, 2020, p. 43). Para Bakhtin, a “palavra” é uma manifestação concreta na realidade. Aqui, o verbo “querer” possui traços volitivo-humanos para transmitir a ideia dos seus efeitos na realidade concreta.

É nesse sentido que expressão e ação são equivalentes. Bakhtin entende que “a palavra era mais forte do que o homem, encontrando-se sob o poder da palavra, ele não poderia ser responsável; sentia-se mensageiro da verdade alheia, sob o domínio superior da qual ele se encontrava” (Bakhtin, 2020, p. 44). Aqui, o qualificativo para a “palavra” é “poder”. Desse modo, a palavra não está dissociada da realidade concreta, além de ficar relativamente claro que há, de fato, uma ação que é veiculada pelas palavras e discursos.

Nos argumentos de Monark, se evidencia a defesa de que os preconceituosos não serão calados. Ele afirma: “se você banir eles de estarem no público eles vão pro subsolo e lá eles vão proliferar de um jeito muito mais eficiente”. Em seguida, reforça: “eu acho que dentro da expressão [...] a gente tem que liberar tudo”. O ponto central, portanto, não é a existência de restrições ao espaço público, mas a legitimação da circulação das falas preconceituosas sob a justificativa da “liberdade de expressão”. O movimento de seleção de argumentos sustenta a estase argumentativa, reforçando a posição de Monark enquanto locutor e rejeitando a de Tábata como interlocutora⁵.

Tábata sugere que alguns discursos possuem potencialidade de ferir a liberdade de outras pessoas. Nesses termos, o ferir diz respeito à não-contemplação desse outro, isto é, ao cessamento de sua voz e ao não-reconhecimento de seu aspecto humano. Ela utiliza os termos “liberdade” e “existência” como equivalentes na mesma sentença, rebatendo, dessa forma, os argumentos de Monark com uma concepção de liberdade reconhecida pontualmente como existir.

Desse modo, se a liberdade é sinônimo de existência, em termos lógicos e comparáveis, a “inexistência” seria correspondente à “não-liberdade”. Tábata ainda constrói discursos que giram em torno da concepção de um sujeito que só existe enquanto fala, enuncia, se expressa. Como consequência, as posturas, falas e discursos autoritários, monológicos e unívocos privilegiam a não-existência do outro dialógico. Tábata aponta para os aspectos humanos na liberdade e existência de outros sujeitos. Seus argumentos contemplam a expressão enquanto atos responsáveis que consideram a liberdade e a existência do outro em sua relação de alteridade, tendo em vista, assim, a sua voz, o seu corpo e a sua humanidade.

⁵ Asseveramos que esses papéis não são fixos no decorrer da situação argumentativa, pelo contrário, há flutuação ao longo da interação.

Monark propõe duas perguntas: “O quê que é liberdade do outro? Você... Injúria é liberdade do outro?”. Podemos entender as indagações a partir de, pelo menos, três pontos de vista: 1) Monark pergunta porque realmente não sabe o que é liberdade do outro; 2) Monark sabe o que é liberdade do outro, porém pergunta com intenções estratégicas de argumentação; e 3) Monark sabe o que é liberdade do outro, entretanto sua indagação é uma das formas de não aceitação.

Levando em consideração o contexto discursivo e argumentativo da situação de conflito e interação, o mais provável é que Monark esteja imbuído dos pontos de vista 2 e 3. Outra questão: a pergunta retórica, que pode também ser uma das estratégias, tradicionalmente tem sido entendida como a que não exige nenhuma resposta do outro. Nesse sentido, a camada argumentativa ganha destaque. A respeito da descrição desse tipo de técnica argumentativa, Gonçalo Fernandes (2004) diz que,

Para a retórica, quando um “político” queria disfarçar ou esconder a opinião do partido, podia usar muitas técnicas, dentre as quais saliente-se este tipo de pergunta, considerada como uma das formas da *immutatio grammatical*, simulando-se incerteza ou falta de convicção (Fernandes, 2004, p. 192).

Nesse sentido, Monark dissimula, isto é, finge não saber o que é liberdade do outro com intenções opostas e estratégicas quanto à estase argumentativa. Tábata, por sua vez, faz uso de dupla negativa, marcando a oposição: “Não, a gente já concordou que isso não, eu tô falando de existência. A existência de um partido nazista fere a existência da comunidade judaica, por exemplo”. A estase argumentativa se instaura nos papéis ocupados por Tábata e Monark, interlocutor e locutor, respectivamente. O que se pode notar na fala de Tábata neste trecho é a utilização da palavra “existência”, que ocorre três vezes.

Com relação a esse tipo de repetição em estratégias argumentativas, Castilho, Souza-Santos e Danfá (2020) dizem que,

A argumentatividade é uma outra função da R (*repetição*) em que as orações repetidas exercem um papel importante. Elas servem como estratégia para reafirmação, contraste e contestação de argumentos. Marcuschi (2015) chama atenção para as duas últimas estratégias, visto que o contraste de argumentos vem com negações proposicionais, podendo aparecer através da modulação entonacional [...]. (Castilho, Souza-Santos e Danfá, 2020, p. 71, grifo nosso).

As contribuições dos autores contemplam as opções e formas utilizadas por Tábata, pois entendem esse tipo de repetição como constitutivo das opções de triagem de usos para fins argumentativos e persuasivos. Assim, a dupla negativa e as três ocorrências de “existência” equivalem, respectivamente, a contraste e a contestação e reafirmação de perspectiva antagônica.

Monark caminha em direção da afirmação de direitos dos agressores em detrimento dos direitos das vítimas quando diz que “se o cara quiser ser um... um antijudeu eu acho que ele tinha o direito de ser”. Com isso, o direito de ser antijudeu seria o equivalente a uma autorização estatal que envolve discursos e práticas violentas e antisemitas contra a comunidade judaica, pois trata-se de um ato indiferente. Sobre isso, Bakhtin (2017b), em Para uma filosofia do ato responsável, diz que,

[...] A própria função biológica da indiferença consiste em liberarnos da diversidade do existir, em nos fazer prescindir disso que é não-essencial para nós na prática: é uma espécie de economia, de proteção frente à dispersão da diversidade. É esta também a função do esquecimento total (Bakhtin, 2017b, p. 128-129).

Para entender melhor o que estamos chamando de ato indiferente, analisemos duas questões em Bakhtin, a saber: a) a indiferença e sua função biológica, aqui, o autor chama atenção para uma função biológica, isto é, uma espécie de realização viva da indiferença em um ato concreto, um ato físico no/sobre o corpo de um outro; e b) o liberar da diversidade do existir, aqui, diversidade é o qualificativo do existir, ou seja, aquilo que caracteriza a própria existência. Já o ato de liberar seria o equivalente a “não autorizar”. Em outros termos, o ato indiferente converge para a não autorização da diversidade, da diferença, sendo centralizador, monológico e segregador. Em suma, Bakhtin apresenta uma consequência lógica do ato indiferente: a não-contemplação da diferença, da própria existência. Por isso, o ato indiferente em si mesmo é um ato mortificador no/sobre o corpo de um outro. Desse modo, Monark, no papel de locutor, incide com indiferença no/sobre seu outro, a comunidade judaica.

Algumas considerações devem ser feitas com relação ao uso da terminologia “antijudeu”. Em termos mórfito-gramaticais, a palavra “antijudeu” é formada pelo prefixo “anti” somado ao substantivo “judeu”. Em relação à origem etimológica e ao significado do prefixo, é importante dizer que,

[...] o formante prefixal anti- tem sua origem na partícula prepositiva grega antí, cujos significados eram: "contra", "em oposição a", "diante de", "de encontro a", "em vez de", "em lugar de". Houaiss nos diz que, em princípio, este elemento entra no português em palavras já formadas, tomadas de empréstimo à língua grega. No século XIX, contudo, ainda segundo o lexicógrafo, anti- torna-se imensamente produtivo em nossa língua e assume unicamente noção de contrariedade/oposição. (Ganança, 2021, p.163).

No português brasileiro, recorrentemente se utiliza a partícula prefixal “anti” para transmitir a ideia de contrariedade e oposição a alguém ou alguma coisa. A título de exemplo, podemos citar “antisocial”, “antirracional”, “antirroubo”, etc. Por si só, a ideia transmitida pelo prefixo é apenas a de “oposição”. Porém, no discurso produzido por Monark, além do gramatical, evoca-se o fator histórico. Com isso, o termo “antijudeu” alcança sentidos

equivalentes a “violência”, “inexistência”, “morte”, entre outros correlatos, ou seja, o direito de ser antijudeu se equipara ao direito de exterminar não só pensamentos contrários, mas também os próprios sujeitos que não comungam dos mesmos ideais antisemitas.

O uso do prefixo “anti”, especialmente em contextos digitais, ultrapassa sua função gramatical e passa a operar como marcador ideológico. Termos como “antivacina”, “antissistema” ou “antiglobalista” exemplificam como essa partícula delimita fronteiras discursivas, organiza comunidades em bolhas e fortalece posições antagônicas. Nesse cenário, a heteroglossia, entendida como a valorização da diversidade de pontos de vista e até mesmo o conflito que surge no debate (Bakhtin, 2015), é inibida, pois os discursos não se encontram para negociar sentidos, mas para reiterar divisões. O videocast, nesse caso, autoriza a diversidade apenas parcialmente, pois a presença de vozes autoritárias tende a silenciar ou desqualificar os discursos que se contrapõem.

Tábata se utiliza de mais duas negativas: “Eu acho que não. Antivida de outra pessoa não”. A pesquisadora Ana Lúcia Tinoco Cabral (2016) apresenta uma questão discursivo-argumentativa que envolve o campo de atuação jurídica, mais precisamente os embates argumentativos e os usos da negação pelas partes antagônicas nesse processo, pois, segundo ela,

Observamos as estratégias argumentativas utilizadas pelos locutores, marcando tanto a aproximação relativamente ao próprio discurso como o distanciamento em relação ao conteúdo do discurso da parte contrária, caso em que a negação ocupa lugar de destaque (Cabral, 2016, p. 55).

Aqui, destacamos duas características fundamentais na situação argumentativa: a) aproximação do próprio discurso, na disputa pelos sentidos, em uma questão discursivo-argumentativa, o eu passa a considerar apenas o seu discurso como o único válido a ponto de excluir qualquer outra possibilidade, inclusive, o discurso do interlocutor, o discurso do seu outro; e b) distanciamento do discurso alheio, naturalmente, no embate argumentativo, ocorre o distanciamento, ou seja, o não reconhecimento do outro e de seu discurso. Assim, o embate argumentativo privilegia dois pontos de vista contrários e divergentes que, necessariamente, disputam a validade.

Cabral (2016), apresentando a situação argumentativa típica do ambiente jurídico, mais especificamente a relação entre autor, réu e juiz, descreve os conflitos entre as partes que tencionam um acordo com um terceiro (juiz),

Nesse contexto, a negação parece ocupar um papel importante, especialmente, para marcar a diferença. A interação nos autos do Processo Civil, no que diz respeito às partes especialmente, fundamenta-se num discurso cujo objetivo é refutar os argumentos da parte contrária, marcando a diferença de pontos de vista; podemos assim afirmar que o discurso dos autos é essencialmente polifônico. Com efeito, atuam no Processo dois sujeitos intencionais que mobilizam vozes e pontos de vista contraditórios

para agir sobre um terceiro. As duas partes, conforme já mostrado por Cabral (2007), se confrontam, uma nega as afirmações da outra; autor e réu sustentam discursos antagônicos, evidenciando uma oposição entre eles (Cabral, 2016, p. 57).

Ocorre um fenômeno parecido na interação entre Monark e Tábata. Como se trata de um ambiente público, isto é, um dos maiores canais de videocast do YouTube no Brasil, Monark e Tábata disputam sentidos com o objetivo da adesão de um terceiro, o público. Assim, nesse tipo de interação argumentativa, temos a relação locutor-interlocutor-público em torno de uma questão polêmica marcada pela oposição de perspectivas. Em suma, Tábata utiliza o recurso das negativas para marcar a diferença e oposição entre o eu e o outro.

A disputa entre Monark e Tábata não se dá apenas no plano da interlocução direta, mas também na tentativa de adesão de um terceiro, o público. Essa relação locutor-interlocutor-público é constitutiva da situação argumentativa e revela como os sentidos são disputados em uma esfera pública ampliada. A ADD permite compreender que os sujeitos envolvidos são interpelados ideologicamente, e que o videocast, enquanto espaço de circulação de discursos, convoca o público a tomar posição frente aos embates. Assim, o eu que argumenta não se dirige apenas ao seu outro imediato, mas também aos outros possíveis, aos sujeitos que assistem, interpretam e (re)significam os sentidos mobilizados.

Monark veicula, pelo menos, dois movimentos argumentativos quando diz: “Como não, você vai matar quem é antijudeu?”. O primeiro é a não aceitação da oposição. Ao perguntar “como não?”, tenta rebaixar os argumentos de Tábata ao óbvio, em outras palavras, é quase como se dissesse: “como não, se liberdade de expressão é um direito fundamental?”. Nesse sentido, a pergunta cumpre o papel de rebaixamento da posição oposta, pois Tábata não estaria reconhecendo a liberdade de expressão como um valor humano.

O segundo é o acabamento monológico do discurso alheio. Ao perguntar “você vai matar quem é antijudeu?”, eleva o argumento oposto ao seu extremo, é como se propusesse dessa forma: “se você não aceitar os direitos de ser antijudeu a uma pessoa que se posiciona assim, isso quer dizer que você quer matá-la”. O que fica nítido é que as estratégias que Monark utiliza caminham na direção do acabamento monológico de Tábata e seus argumentos. Desse modo, propõe aquilo que o seu outro nunca propôs, extremando seu posicionamento.

Assim, na perspectiva bakhtiniana, a alteridade constitui-se como fundamento das relações discursivas e da própria constituição do sujeito. Isso significa que o eu não existe em isolamento, mas sempre em relação a um outro que lhe oferece resistência, resposta, contraponto e reconhecimento. É nesse embate dialógico que se configuram os sentidos e se afirma a responsabilidade ética diante da palavra. Reconhecer o outro em sua diferença implica privilegiar sua voz, sua presença e sua humanidade, de modo que a interação

discursiva se sustente em relações humanas e não em relações de coisificação ou indiferença. A alteridade, portanto, não é uma categoria periférica em Bakhtin, mas condição mesma da vida do discurso, pois só há enunciação onde há um outro a quem a palavra se dirige.

A relação eu-outro, constitutiva da situação argumentativa, não se limita à interação entre os locutores do videocast, mas se estende ao público que o consome. Nesse sentido, a ADD permite compreender como os sujeitos envolvidos são interpelados ideologicamente. O videocast, enquanto gênero discursivo, instaura uma arena dialógica que ultrapassa o espaço da interlocução direta, convocando o público a tomar posição frente aos discursos em disputa. Assim, o eu que argumenta não se dirige apenas ao seu outro imediato, mas também aos outros possíveis, aos sujeitos que assistem, interpretam e (re)significam os sentidos mobilizados.

Sob essa ótica, o episódio analisado nos coloca diante de dois movimentos opostos: de um lado, a recusa do reconhecimento do outro, marcada pela objetificação e pela palavra-violência presente nas falas de Monark, de outro, a tentativa de Tábata em reinscrever a alteridade como valor ético-discursivo, reafirmando a existência e a liberdade da comunidade judaica como condição de qualquer debate democrático. A tensão entre essas vozes mostra que a alteridade não é apenas um ideal abstrato, mas um campo de disputa permanente no espaço público, sobretudo em contextos em que discursos autoritários buscam silenciar, reduzir ou eliminar diferenças. Nesse sentido, retomar Bakhtin nos permite compreender que o verdadeiro horizonte de debates saudáveis não se dá na neutralização do outro, mas justamente na sua preservação como interlocutor legítimo, cuja palavra e existência precisam ser reconhecidas como parte constitutiva do diálogo.

Considerações finais

A situação de argumentação contempla estratégias discursivo-enunciativas visando a mudança de alguns aspectos do comportamento e ideologia dos envolvidos, mais precisamente sobre àqueles para quem se está argumentando. Assim, seu ponto de partida é de um eu em direção a um outro, um eu que age no e sobre os discursos e argumentos do seu outro. A relação eu-outro, um eu que pretende agir no e sobre o seu outro, um locutor que se utiliza de estratégias para qualificar a si e o seu discurso em detrimento da absoluta rejeição do interlocutor e de seu discurso. O conflito, o confronto, a oposição, todos são movimentos constitutivos da situação de interação argumentativa. Constituindo assim, uma relação dialógica por excelência na situação argumentativa, cuja potência reside justamente na possibilidade de instaurar um espaço de alteridade, isto é, de reconhecimento da diferença como condição para o debate saudável.

Como vimos, o gênero discursivo videocast se mostrou fecundo no sentido de abarcar situações discursivas, enunciativas e argumentativas. Um eu que se volta para o seu outro, mesmo em um desacordo típico do debate polêmico, converge para uma conjuntura que manifesta aspectos do dialogismo nas relações entre sujeitos, pois é constituída de confrontos, embates e disputas que, necessariamente, se estabelecem na oposição de discursos em tensão. Ainda que marcado por tensões, esse movimento pode ser compreendido como uma tentativa, mesmo que parcial, de construção de alteridade, na medida em que o reconhecimento do outro como sujeito discursivo é condição para o embate argumentativo.

Os resultados da pesquisa revelaram que 1) Monark ocupa a posição de defensor dos ideais nazistas por meio de seus argumentos, representando vozes preconceituosas. Levando em consideração o alcance midiático do videocast, pode-se entender o quanto perigoso é a disseminação do ódio nesses ambientes; 2) Tábata se reserva na tentativa de salvaguardar os direitos da comunidade judaica, pois seus argumentos foram na direção de contemplar a vida-existência da comunidade judaica. Um partido nazista seria uma afronta à própria existência desses outros; 3) Monark busca definir os argumentos de Tábata, uma vez que empreende um movimento argumentativo de extremar, deslocar e/ou ressignificar os argumentos opostos; 4) Tábata responde com discursos contrários, marcando oposição por meio da estrutura contextual da situação argumentativa do debate polêmico; 5) A alteridade marcada pela indiferença e não-contemplação das diferenças direcionadas à comunidade judaica revela posturas xenofóbicas com traços de coisificação e mortificação do outro, evidenciando o apagamento da possibilidade de um debate que reconheça a dignidade do outro como sujeito.

A relevância desta pesquisa reside, também, na demonstração de como a ADD aplicada ao videocast permite desvelar os mecanismos de produção e circulação de sentidos que interpelam o público. O videocast não é apenas espaço de enunciação entre interlocutores visíveis, mas também campo de disputa ideológica que envolve sujeitos espectadores, que são afetados, posicionados e convocados a responder aos discursos que circulam. A análise dialógica, nesse contexto, revela-se fundamental para compreender como o público é mobilizado – seja pela adesão, rejeição ou ressignificação dos discursos preconceituosos – e como essa mobilização impacta a construção de sentidos na esfera digital.

Desse modo, acreditamos contribuir com a reflexão teórico-científico-linguística no sentido de exemplificar como alguns discursos preconceituosos são veiculados pelo funcionamento dos processos argumentativos e como sujeitos outros, tais como a comunidade judaica, sofrem pelas posturas unilateralizadas que os subalternizam.

Nesse sentido, pensamos ser imperativo que educadores e influenciadores da internet estejam cientes das problemáticas envolvidas na argumentação e no discurso de ódio, propondo uma educação crítica e a alteridade nas situações discursivas. Pensamos que instituições de ensino e plataformas de mídia devem fomentar ambientes inclusivos, éticos e responsáveis, que valorizem a alteridade e a diversidade cultural, combatendo de forma ativa qualquer manifestação de discriminação e preconceito. A conscientização sobre os efeitos nocivos do preconceito e das manifestações de ódio, tais quais a propositura da criação de um partido nazista, deve ser incorporada às práticas educativas e à comunicação midiática, tendo como objetivo a construção de uma sociedade mais alteritária.

A relevância desta pesquisa reside na urgência de entender como os discursos preconceituosos são produzidos, veiculados e recebidos na sociedade brasileira, especialmente nos meios digitais, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento desses problemas. Como vimos, a ADD se constitui enquanto ferramenta fundamental para desvelar as intenções e as ideologias materializadas nesses tipos de discursos propagados na internet.

Para aprofundar as reflexões sobre a influência da argumentação no debate polêmico, tendo em vista a adesão de crenças, valores e ideologias, propomos as seguintes direções para as pesquisas futuras: estudos mais amplos sobre o impacto dos discursos de ódio em diferentes plataformas de mídia, investigando como essas valorações se proliferam ao longo do tempo e quais são os seus impactos na realidade concreta dos sujeitos. Análises comparativas de discursos de ódio em diferentes contextos culturais e socioeconômicos, pretendendo identificar variações e semelhanças na forma como esses discursos são recebidos e/ou rejeitados em diversos ambientes. Pesquisas sobre estratégias educativas para combater o preconceito e propor o pensamento crítico em contextos escolares, desenvolvendo, assim, metodologias que possam ser utilizadas na educação básica e superior para propor um olhar de alteridade. Propomos ainda investigações sobre o papel das novas tecnologias na disseminação de discursos preconceituosos, explorando como essas ferramentas digitais podem ser utilizadas para a perpetuação de ideologias segregadoras.

A partir dessas direções, esperamos fomentar um campo de pesquisa relativamente robusto e, principalmente, inclusivo, que contribua para a construção de uma sociedade com menos preconceitos e estigmas, partindo sempre do diálogo como ato responsável entre diferentes esferas de atuação humana.

Referências

- ARAÚJO, P. M. P.; ERROBIDART, N. C. G.; JARDIM, M. I. A. Videocast: Potencialidades e Desafios na Prática Educativa segundo a literatura. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS**, XI, 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis:

Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://abrapec.com/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R0169-1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BAKHTIN, M. Fragmentos dos anos 1970-1971. In: BAKHTIN, M. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: editora 34. 2017a, p. 21-56.

BAKHTIN, M. Introdução: apresentação do problema. In: BAKHTIN, M. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. 5^a ed. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec. Brasília: editora universidade de Brasília. 2002. p. 1-50.

BAKHTIN, M. **O homem ao espelho**: apontamentos dos anos 1940. Tradução de C. M. Adum, M. B. Mello; M. L. Miranda. São Carlos: Pedro e João Editores. 2020.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Organização: A. Ponzio e Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso - GEGE/UFSCar. Tradução de V. Miotello; C. A. Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores. 2017b.

BAKHTIN, M. **Problemas da obra de Dostoiévski**. Tradução, notas e glossário de S. Grillo; E. V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2022.

BAKHTIN, M. **Teoria do romance I**: a estilística. Tradução, prefácio, notas e glossário de P. Bezerra; organização da edição russa de S. Botcharov; V. Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.

CABRAL, A. L. T. Negação, intersubjetividade e polifonia: estudo de caso em processos civis. **Letras de Hoje**, v. 51, n. 1, p. 55-64, jan.-mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2016.1.21556>. Acesso em 15 de março de 2022.

CASTILHO, A. T.; SOUZA-SANTOS, J. E.; DANFÁ, A. A repetição na língua falada: propriedades discursivas e gramaticais. **Revista do GEL**, v. 17, n. 3, p. 64-89, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v17i3.2883>. Acesso em 16 de março de 2022.

FERNANDES, G. Uma estratégia comunicativa: as perguntas retóricas. In: **Revista de Letras**, série 2, nº 3, p.191-206, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Goncalo-Fernandes-6/publication/304305536_Uma_Estrategia_Comunicativa_As_Perguntas_Retoricas/links/576bb38608ae6e772782713d/Uma-Estrategia-Comunicativa-As-Perguntas-Retoricas.pdf. Acesso em 10 de março de 2022.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2020.

GANANÇA, J. H. L. O prefixo anti- em blogues jornalísticos do Brasil: algumas considerações formais e semânticas. **Revista Philologus**, ano 27, n.80, p.160-172, 2021. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/597/645>. Acesso em: 20 de março de 2022.

MEMESADO. Kim Kataguiri e Tabata Amaral – Flow Podcast #545 completo, repost, removido por causa treta Monark. **YouTube**, 08 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PIL_rAc2Vhk>. Acesso em: 14 de março de 2022.

MORAIS, R. D. Dialogando com a perspectiva dialogal da argumentação. In: PIRIS, E. L.; RODRIGUES, M. G. S. (Org.). **Estudos sobre argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos**. 2020.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação**: a Nova Retórica. Trad. M. E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLANTIN, C. **A argumentação**. Tradução de R. A. Grácio; M. Matozzi. Coimbra: Grácio Editor, 2010.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução de I. C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de S. Grillo; E. V. Américo. 2^a ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

Sobre os autores

Paulo Everton Fernandes da Silva

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3426-5181>

Professor de Língua Portuguesa na Educação Básica. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará (UEPA/CCSE), na linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, com foco nos Estudos Dialógicos do Discurso. Especialista em Análise do Discurso Midiático pela Faculdade Iguaçu (FI). Graduado em Letras Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA/CCSE).

José Anchieto de Oliveira Bentes

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1134-3677>

Possui pós-doutoramento em educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2013), doutorado em Educação Especial (UFSCAR/2010), mestrado em Letras - Linguística (UFPA/1998), especialização em Linguística aplicada ao ensino-aprendizagem do Português (UFPA/1993) e graduação em Letras (UFPA/1991). Professor adjunto da Universidade do Estado do Pará; atua no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) - Mestrado e Doutorado na linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia. Vice-corredor do PPGED-CCSE-UEPA (2022-2023). Integrante do Grupo de Estudos em Linguagem e Práticas Educacionais da Amazônia (GELPEA). Campos de atuação: educação inclusiva; educação de jovens e adultos; Estudos dialógicos do discurso em práticas escolares e não escolares.

Recebido em mai. de 2025.

Aprovado em out. de 2025.